



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 1.759, DE 2004

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Requerimento nº 1.171, de 2004, que *requer, nos termos do caput do art.222 do Regimento Interno, voto de aplauso à iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina pela campanha “Voto não tem preço, tem consequência”, contra a corrupção eleitoral.*

RELATOR: Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**

Relatora “ad hoc” : Senadora **Serys Slhessarenko**

I – RELATÓRIO

Vem à apreciação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, o Requerimento nº 1.171, de 2004, de autoria da Senhora Senadora Ideli Salvatti, que requer voto de aplauso à iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina pela campanha “Voto não tem preço, tem consequência”, contra a corrupção eleitoral.

A campanha, lançada nacionalmente em julho do corrente ano, pela Ordem dos Advogados do Brasil e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com apoio de outras entidades e Organizações Não-Governamentais, teve por objetivo o combate à corrupção eleitoral, por meio da conscientização do cidadão e do estímulo ao esforço de fiscalização e controle sobre o processo eleitoral.

II – ANÁLISE

Conforme o *caput* do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento de voto de aplauso só será admitido “quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional”.

É inegável que o esforço que a Ordem dos Advogados do Brasil, em particular sua seção catarinense, despendeu em prol da lisura das eleições últimas enquadra-se, plenamente, nessa qualificação. À medida que progride a tecnologia empregada pelos meios de comunicação, a circulação de informações torna-se mais rápida e atinge a públicos maiores. Procedimentos escusos de aliciamento do eleitor e de barganha do seu voto por mercadorias e mesmo por dinheiro não ocorrem hoje, provavelmente, com maior frequência do que no passado. No entanto, em razão da visibilidade maior, são mais denunciados, conhecidos, investigados e punidos.

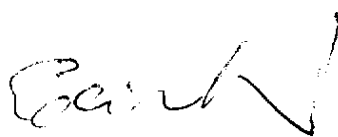
Compete à Justiça Eleitoral acolher e apreciar as denúncias de corrupção eleitoral. O papel que a campanha desempenhou, nas eleições de 2004, no entanto, foi fundamental: conscientizar o eleitor, capacitá-lo a exercer a fiscalização do processo e ajudá-lo a encaminhar as denúncias às instâncias competentes.

A representação municipal em Santa Catarina ganhou em qualidade na última eleição. Uma parte, ao menos, desse ganho é devida à atuação da seção estadual da Ordem dos Advogados do Brasil.

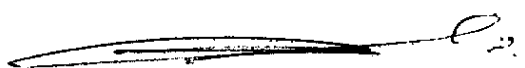
III – VOTO

Pelas razões apresentadas, manifesto-me pela aprovação do Requerimento nº 1.171, de 2004.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2004



, Presidente



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: RGS Nº 1571 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/11/2004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>[assinatura]</u>	
RELATORA "AD HOC": <u>SERYS SLHESSARENKO</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
SERYS SLHESSARENKO	1-EDUARDO SUPPLY
ALOIZIO MERCADANTE	2-ANA JÚLIA CAREPA
TIÃO VIANA	3-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	4-DUCIOMAR COSTA
MAGNO MAI TA	5-GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FERNANDO BEZERRA	6-JOÃO CAPIBERIBE
MARCELO CRIVELLA	7-AELTON FREITAS
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	1-NEY SUASSUNA
GARIBALDI ALVES FILHO	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3- RENAN CALHEIROS
JOÃO BATISTA MOTTA	4-JOÃO ALBERTO SOUZA
ROMERO JUCÁ	5-MAGUITO VILELA
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO CABRAL
PFL	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	1-PAULO OCTÁVIO
CÉSAR BORGES	2-JOÃO RIBEIRO
DEMÓSTENES TORRES	3-JORGE BORNHAUSEN
EDISON LOBÃO	4-EFRAIM MORAIS
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
P3DB	
ÁLVARO DIAS	1- ANTERO PAES DE BARROS
TASSO JEREISSATI	2-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	3-LEONEL PAVAN
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-ALMEIDA LIMA
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES

Atualizada em: 12/01/2004